



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 43/2018

Período: 24/11/2018 – 30/11/2018

GEDES – UNESP

- 1- Futuro comandante do Exército comentou sobre militares na política e questões do regime militar
- 2- Periódico entrevistou futuro ministro da Defesa
- 3- Bolsonaro foi aconselhado a não nomear Mourão
- 4- Villas Bôas determinou uma análise sobre a Intentona Comunista
- 5- Presença de militares no governo
- 6- Segunda mulher foi elevada ao posto de generalato das Forças Armadas
- 7- Pasta de Infraestrutura foi discutida
- 8- Colunista comentou Operações de Garantia da Lei e da Ordem
- 9- Inclusão de setor militar na reforma da Previdência

1- Futuro comandante do Exército comentou sobre militares na política e questões do regime militar

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, o futuro comandante do Exército, general Edson Pujol, analisou questões do regime militar (1964-1985) e do futuro governo. Pujol afirmou que há preconceito e desinformação sobre o período militar no Brasil, levando a opiniões críticas que imputam aos militares “responsabilidade por algumas coisas”. O general declarou que tal pensamento é “fruto de uma doutrinação na análise dos últimos 60 anos da história do país”, a qual só o tempo conseguirá alterar. O militar também declarou que “não é bom misturar política com Forças Armadas” e que “não é bom para a nação e para o Estado que as Forças Armadas se mantenham em questões de segurança pública”, afirmando um receio sobre o possível envolvimento de militares com a milícia pelo contato prolongado na intervenção federal no Rio de Janeiro. (Folha de S. Paulo – Poder – 24/11/18)

2- Periódico entrevistou futuro ministro da Defesa

Em entrevista para o periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva, nomeado pelo presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, para comandar o Ministério da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, afirmou que não há fundamentos que indiquem dificuldades de relacionamento com o presidente eleito devido às suas patentes militares. Para Azevedo e Silva, Bolsonaro será, como estabelecido pela Constituição, o comandante das Forças Armadas. Questionado sobre a transferência da indicação do general Augusto Heleno do Ministério da Defesa para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Azevedo e Silva destacou a proximidade entre Heleno e Bolsonaro. Sobre o

Ministério da Defesa, o general, afirmou ser uma estrutura voltada ao apoio político das Forças Armadas, definindo seus objetivos. Azevedo e Silva frisou que cada Força tem seus próprios programas e projetos, mas que as operações são conjuntas e complementares. Questionado sobre os fatores limitantes das Forças, Azevedo e Silva alegou que os avanços tecnológicos não são acompanhados pela indústria nacional de defesa, devido às restrições orçamentárias, mas que crê que as origens militares de Bolsonaro podem representar uma maior compreensão sobre estas necessidades. Segundo o general, com o crescimento econômico mundial acompanhado pelo Brasil, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi um período promissor para os militares, uma vez que houve investimentos em materiais e equipamentos. Negou, porém, que a formação política do próximo governo presidencial indique um avanço de investimentos para os militares. Perguntado sobre a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, o general opinou estar sendo uma operação válida, ainda que não seja possível resolver a situação de violência no estado em um curto prazo. (Correio Braziliense – Política – 25/11/18)

3- Bolsonaro foi aconselhado a não nomear Mourão

Em coluna para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Jânio de Freitas afirmou que o general e vice-presidente da República eleito, Hamilton Mourão, apresenta-se como uma autoridade política discrepante na formação governamental nomeada pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro. Segundo Freitas, uma informação de origem não duvidosa, mas sob ressalva, indicou que Bolsonaro foi "aconselhado" na área militar a não nomear Mourão para sua chapa, quando já o havia escolhido. De acordo com o colunista, os principais motivos deste "conselho" seriam a divergência entre as ideias do general com as de Bolsonaro e a conduta desatinada de Mourão, conhecida no Exército. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/11/18)

4- Villas Bôas determinou análise sobre a Intentona Comunista

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirmou em suas redes sociais ter determinado uma análise do episódio histórico conhecido como Intentona Comunista. Esta, ocorrida em novembro de 1935, consistiu em uma rebelião político-militar liderada pelos tenentistas, na tentativa de derrubar o então presidente da República, Getúlio Vargas. Villas Bôas afirmou que "antecedentes, fatos e consequências serão apreciados para que não tenhamos, nunca mais, irmãos contra irmãos vertendo sangue verde e amarelo em nome de uma ideologia diversionista". De acordo com o jornal, o Exército realiza todos os anos uma solenidade em homenagem aos mortos. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/11/18)

5- Presença de militares no governo

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro terá três generais no Planalto. No dia 27/11/18, o general de divisão da reserva, Carlos Alberto dos Santos Cruz, foi nomeado para a Secretaria de Governo, tendo

como função monitorar as atividades realizadas por outros ministérios, informar Bolsonaro sobre as interações das políticas públicas e articular as relações com o Congresso Nacional. Além de Santos Cruz, os outros dois generais que ocuparão o Planalto são Augusto Heleno, indicado para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o vice-presidente eleito, Hamilton Mourão. Em entrevista ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Santa Cruz informou que não há problema de a posição de ministro-chefe da Secretaria de Governo ser gerenciada por um militar, orientando a relação entre o governo federal com o Congresso e partidos políticos. Ademais, o general de divisão informou que não vê sua designação como um fortalecimento da área militar, para ele “é apenas mais um militar e não que se tenha uma vertente militar. Aliás, não existe área militar no governo” e acrescentou que não existe uma divisão entre civis e militares. Em coluna opinativa para *O Estado*, a colunista Zeina Latif afirmou que talvez no governo de Bolsonaro os militares “se tornem o elemento moderador”. Segundo Latif, os militares colaborarão para que o governo faça a reforma da Previdência, e que para isso, “ajudaria se eles próprios propusessem reformas em suas regras”. Em coluna para *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Elaine Catanhadê afirmou que a indicação de um general como mediador das relações do governo com o Congresso tem duas possíveis razões: “mudar tudo” ou inibir pedidos de verba. Para a jornalista, houve uma falta de representação da Marinha e da Aeronáutica na formação do governo, dominada por militares do Exército. Destacou a indicação do tenente-coronel da reserva da Força Aérea e formado em engenharia pelo Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, Marcos Pontes, para o Ministério da Ciência e Tecnologia. (Correio Braziliense – Política – 27/11/18; Folha de S. Paulo – Poder – 27/11/18; O Estado de S. Paulo – Política – 27/11/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 29/11/18).

6- Segunda mulher foi elevada ao posto do generalato das Forças Armadas

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Contra-Almirante Luciana Mascarenhas da Costa Marroni assumiu o posto de generalato das Forças Armadas ao lado de outros 16 militares. A Marinha é a única Força a possuir mulheres no comando, antes dela em 2012 somente a médica, Dalva Maria Carvalho Mendes, atingiu o cargo de duas estrelas. Entretanto, ambas não conseguirão chegar à função mais elevada da Marinha, com quatro estrelas, uma vez que as funções permitidas para mulheres somente autorizam a chegada à terceira estrela. A assessoria de imprensa da Marinha comunicou que a partir de 2019 as mulheres chegarão ao posto de Almirante de Esquadra, quatro estrelas, porque será permitido o ingresso em “postos armados”. Para a ministra Maria Elizabeth, primeira mulher a atingir o cargo de ministra do Superior Tribunal Militar (STM) e a presidir à Corte a elevação das profissionais a postos de comando é símbolo do amadurecimento da sociedade, porém ainda há resistência por parte das Forças. Mascarenhas da Costa, ao ser nomeada e entrevistada pelo periódico sobre a composição do governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, afirmou apoiar as escolhas de militares pois julga tratar-se de uma escolha qualitativa, baseada na capacidade de estratégia e ordenação dos mesmos. (Correio Braziliense – Brasil – 27/11/18)

7- Pasta de Infraestrutura foi discutida

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, desejava decidir a equipe de ministros na semana do dia 25/11/18, e as pastas de Infraestrutura e Minas e Energia, estavam na disputa entre os três grandes grupos do governo: o econômico, o político e o militar. Segundo o jornal, enquanto o núcleo econômico pede privatizações generalizadas, os militares são mais reticentes, por considerarem o setor de infraestrutura estratégico para o país. Segundo o periódico, ambos os setores pediam nomes mais técnicos, distanciando o núcleo político da disputa. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, no dia 27/11/18 o vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, informou que a pasta de Infraestrutura seria assumida pelo general da reserva Joaquim Brandão. O general afirmou que Brandão estava sendo analisado para assumir a pasta por possuir experiência na área. (*Correio Braziliense – Política – 26/11/18; O Estado de S. Paulo – Mercado – 27/11/18*)

8- Colunista comentou Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o major da reserva da Polícia Militar (PM), Luiz Alexandre Souza da Costa, comentou as mudanças nas regras de engajamento das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Segundo Souza da Costa, os militares reclamam do impedimento de eliminar à distância os criminosos que são identificados portando fuzis. Para o policial militar, permitir esse tipo de ação seria instituir no Brasil a pena de morte em tempos de paz, com a diferença de que não seria um magistrado a decretar a sentença, como previsto no caso de guerra. De acordo com Souza da Costa, para aqueles que afirmam existir respaldo jurídico na ação, usando como base a norma conhecida como Lei do Abate, que permite que a Aeronáutica, após uma série de procedimentos, derrube aeronaves consideradas hostis, ignora que o objetivo destas ações não é matar os ocupantes e destruir a aeronave, como seria o uso de *snipers* contra criminosos portando fuzis. Ademais, Souza da Costa questionou quem seria o responsável pela ordem de atirar. Segundo o policial militar, "sem fazer juízo de valor a respeito do criminoso, do crime ou do perigo que ele representa, esse tipo de ação não se coaduna com qualquer legislação penal e tampouco com as cláusulas pétreas da Constituição Federal". (*Folha de S. Paulo – Opinião – 29/11/18*)

9- Inclusão de setor militar na reforma da Previdência

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a equipe econômica do governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, foi alertada de um possível entrave à reforma da Previdência por parte dos militares. O jornal afirmou que generais do Exército declararam que não tolerarão a inclusão do setor militar na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) referente à reforma da Previdência. A equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende incluir todos os setores de trabalho na PEC. (*Correio Braziliense – Economia – 30/11/18*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Santana Vieira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).